

**ATA**

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezanove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro que substituiu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, nos termos do art.º 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador Bruno Fernandes – a) - Disse querer saudar a escolha de André Coelho Lima, Vereador da Coligação Juntos Por Guimarães, para encabeçar a lista de Braga pelo PPD/PSD às próximas eleições legislativas; **b)** – Recordou as recentes manifestações dos moradores da Rua das Lameiras, na freguesia de Polvoreira, a propósito do incómodo provocado pelas Oficinas da Câmara. Disse que os Vereadores eleitos pela Coligação Juntos por Guimarães entenderam não visitar o local em causa naqueles momentos, demonstrando uma postura de responsabilidade e de não aproveitamento político. Recordando o voto favorável da Coligação Juntos por Guimarães à proposta de deslocalização das Oficinas da Câmara de Creixomil para Polvoreira, e embora reconhecendo os incómodos que

sempre provoca, disse que este tipo de equipamentos têm sempre de ser instalados nalgum local. Contudo, considerou que a Câmara não acautelou os efeitos negativos deste equipamento, nem teve o cuidado de encontrar soluções para os mitigar, designadamente, através de pequenas reparações do piso, diálogo com os moradores e comportamento adequado dos funcionários. Assim, perguntou ao Presidente da Câmara se dispunha de informação atualizada para partilhar com o executivo, designadamente ao nível de soluções que, na medida do possível, demonstrem aos moradores o interesse da Câmara Municipal em resolver, pelo menos, parte dos problemas que estão identificados. -----

2 – Vereador Ricardo Araújo – a) - Disse querer comentar o local escolhido para a realização da edição de 2019 da Feira Afonsina, recordando o voto contra da Coligação Juntos Por Guimarães à proposta apresentada pelo Partido Socialista em reunião de 14 de fevereiro de 2019 de deslocalização daquele certame para o Monte Latito. Recordou que, ao tempo, após equacionar as razões da mudança, a Coligação emitiu um parecer desfavorável à deslocalização, por entender que as razões e argumentos apresentados eram insuficientes para alterar um evento que, nos últimos anos, apresentava um balanço positivo, pese embora vários aspetos que pudessem ser melhorados. Reconheceu, ainda, aspetos da edição deste ano que merecem ser valorizados e reconhecidos, tais como as Jornadas Históricas, que contribuíram para valorizar a componente histórica e científica da Feira Afonsina, realçando a qualidade dos seus conteúdos. Assim, propôs que a edição do próximo ano da Feira Afonsina regresse ao Centro Histórico, espaço que oferece melhores condições para aqueles que querem usufruir deste evento importante no calendário de atividades vimaranense, mesmo com extensão de algumas atividades ao Castelo de Guimarães. Depois das intervenções da Vereadora Adelina Pula Pinto e do



L.

fu

Presidente da Câmara sobre este assunto, disse registar, com agrado, a posição transmitida no sentido da disponibilidade para se fazer a reflexão e o balanço com a serenidade necessária. **b)** – Referiu uma notícia vinda a público sobre o Centro Internacional de Artes José de Guimarães (CIAJG), que respeita à saída do seu Diretor Artístico, Nuno Faria. Assim, quis saber o que está previsto para a substituição de Nuno Faria, sublinhando que aquele Centro de Artes não tem apresentado os melhores resultados, o que o leva a preocupar-se com esta saída do seu principal responsável. Perguntou, ainda, quando é que o Diretor Artístico tinha comunicado a sua saída e quando esta se efetivou. Por último, equacionou os próximos passos previstos pela Câmara Municipal para esta situação. Depois de lhe ter sido explicado, recordou que o Presidente da Câmara tinha anunciado, há 10 meses atrás, que iria iniciar uma reflexão sobre o modelo a seguir pela Plataforma das Artes e da Criatividade, contudo, a Vereadora Adelina Paula Pinto diz que vai agora iniciar-se uma reflexão sobre o futuro daquela estrutura, para concluir que, no decorrer destes 10 meses, apenas se verificou a saída do Diretor Artístico e o início da reflexão. Disse, ainda, não compreender porque se substitui um Diretor Artístico com a contratação de um Assistente de Direção. Terminou, dizendo que considerava haver um grande desnorte relativamente à Plataforma das Artes e da Criatividade, defendendo a contratação de um Diretor Artístico com capacidade e competência para agregar a sociedade vimaranense e projetar o equipamento a nível nacional e internacional. -----

3 – Vereadora Sofia Ferreira – a) – Sobre as Oficinas da Câmara, disse que a Autarquia tem vindo a desenvolver um conjunto de projetos tendentes a criar uma solução alternativa para o acesso às Oficinas, resultando numa última proposta de acesso ao edifício pela rua das Lameiras. Disse estar em contacto com os proprietários de um edifício daquela rua no sentido de

viabilizar e implementar a proposta que entende ser a mais adequada e que resolve os problemas de acesso sinalizados. Acrescentou que têm sido mantidos contactos próximos com os moradores, com o acompanhamento do Presidente de Junta de Freguesia de Polvoreira. -----

4 – Vereadora Adelina Pinto – a) - Sobre a Feira Afonsina de 2019 disse que, por ser um evento muito marcante para os vimaranenses, há sempre muita participação e opinião diversificada. Disse ter estado na Feira todos os dias e que não sentiu que as pessoas não gostassem das alterações, ao contrário do que se infere pelos comentários nas redes sociais. Disse que o momento é de monotorização e de avaliação e que a Câmara Municipal estava sempre aberta a alterações que se mostrem positivas; **b)** - Sobre a saída do Diretor Artístico Nuno Faria, esclareceu que a Câmara Municipal do Porto o tinha contratado para o Museu Municipal do Porto, estando ainda a acompanhar e a desenvolver o programa de 2019 do CIAJG. Disse estar agendada para depois de verão uma reunião do Conselho Consultivo, que considerou absolutamente crucial para o futuro e para a definição dos objetivos do CIAJG. Na sequência da segunda intervenção do Vereador Ricardo Araújo sobre este assunto, disse discordar que se verifique desnorte na gestão do CIAJG, considerando que seria uma irresponsabilidade total tendo em conta o custo elevado para o Município que este equipamento representa. Disse não ter sido feito comunicado de saída do Diretor Artístico Nuno Faria, assim como também não foi feito aquando da saída de José Bastos e de Frederico Queiroz. Acrescentou que a reflexão não tem que ser necessariamente pública, referindo a realização de reuniões internas, a tutela de todas as áreas artísticas pelo Diretor Artístico João Pedro Vaz, a transferência de um produtor e da educação e mediação cultural para a Plataforma das Artes e da Criatividade, a articulação deste equipamento cultural com a Casa da Memória e a delineação de projetos com as escolas.

11.
pe

Por fim, informou que o programa expositivo estava desenhado e está a ser cumprido, referindo que o Conselho Consultivo ainda não se realizou por falta de disponibilidade de calendarização de alguns dos seus membros: -----

5 – Presidente da Câmara – a) – Começou por dizer que já tinha dado os parabéns ao Vereador André Coelho Lima, considerando importante para Guimarães que os vimaranenses se destaquem a nível distrital e nacional; **b)** - Sobre as Oficinas municipais informou ter reunido já várias vezes com os moradores no sentido de se encontrarem soluções. Disse, ainda, que tem acompanhado a situação juntamente com a Vereadora Sofia Ferreira, a equipa técnica da Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Polvoreira. Reconheceu a importância de retirar o trânsito da rua das Lameiras, para passar a fazer-se por um novo acesso na outra extremidade da rua, que terá sempre de ser construído pelo proprietário. Acrescentou que no prazo de dois anos proceder-se-á à relocalização dos armazéns da Câmara Municipal num terreno na freguesia de Aldão com a construção de apenas uma cobertura, mantendo-se a parte da VITRUS nas atuais instalações. Disse que no último encontro os moradores já mostraram satisfação pela solução encontrada; **c)** Sobre a Feira Afonsina de 2019, considerou que ainda faltava fazer a avaliação mas que devia passar mais algum tempo. Contudo, adiantou que a Feira Afonsina deverá ser antecipada uma semana, de forma a realizar-se antes do dia 24 de Junho, num modelo em que as atividades do certame decorram na envolvente ao Castelo e nos espaços do Centro Histórico; **d)** - Sobre a saída do Diretor Artístico do CIAJG, disse que esperava pela reunião do Conselho Consultivo, que decidirá sobre o futuro do curador e outras medidas a tomar para a afirmação da Plataforma das Artes e da Criatividade como um equipamento cultural regional e nacional. -

6. Vereador André Coelho Lima – Agradeceu as palavras amáveis do Presidente da Câmara e do Vereador Bruno Fernandes, dizendo interpretar

estes reconhecimentos não como individuais, mas como coletivos, projetando-os para a comunidade. Concluiu, recordando uma frase que lhe foi recentemente transmitida por uma jornalista: “sai de Guimarães, mas não tira Guimarães de si”. -----

-----**INFORMAÇÃO**-----

O Presidente da Câmara leu, em voz alta, uma informação sobre a empreitada do Teatro Jordão e Salas de Ensaio/Bandas de Garagem, solicitando que o texto ficasse transcrito em ata: “Na última sessão da Assembleia Municipal foram levantadas questões em torno de uma suposta destruição das Salas de Ensaio de Bandas de Garagem, originando um desperdício de dinheiros públicos na ordem dos €800.000,00, segundo algumas fontes escritas. Em face da gravidade destas alegações, entendo dever prestar os seguintes esclarecimentos: O edifício do Teatro Jordão foi adquirido em 2010, tendo sido considerado um espaço que, pelas suas características únicas na Cidade, poderia abrigar e ampliar dinâmicas culturais diversas e complementares das já existentes. O edifício da Garagem Avenida foi adquirido em 2014 por se entender que a reabilitação do Teatro Jordão devia abranger também a regeneração do conjunto de edifícios contíguos, prevendo-se a instalação de uma Escola da Universidade do Minho. Em março de 2010, a solicitação da então Vereadora Alexandra Gesta, foi elaborado um Estudo, pela empresa GENIUM, sobre o estado atual do edifício do Teatro Jordão, com particular realce da sua segurança estrutural, que conclui, em síntese, que o edifício se encontra num estado de conservação estrutural de **Bom**, excluindo um cunhal na zona Poente-Norte do edifício, numa área de 60 a 80 m2, que deveria merecer trabalhos de reabilitação, nada afetando a estabilidade geral do edifício. Mais conclui o estudo que poderão ter havido cedências de apoios mas que “*parecem estar perfeitamente consolidadas no piso térreo (Piso -2), não se detetam*”



u.

atualmente quaisquer vestígios de assentamento." Finalmente, o Estudo conclui ainda ser "(...) *prudente e aconselhável levar a cabo uma pequena prospeção geotécnica (...).* Nesta sequência, em abril de 2010 é encomendado o estudo geotécnico, entregue em junho desse ano, que serviria de base à execução do projeto. Assegurado que estava que o edifício estava estruturalmente capaz para as obras que nele se pretendiam realizar, e que, pela sua localização, as Salas de Ensaio não obstarão ao desenvolvimento da solução global para o conjunto do edifício, avança-se em 2010 com o projeto de arquitetura das **Salas de Ensaio para Bandas de Garagem**, elaborado pelo Arq.^º Ricardo Rodrigues, tendo as respetivas especialidades sido adjudicadas, mediante procedimento, em 16/09/2010. O projeto de execução veio a ser aprovado em 06/05/2011 pelo então Presidente da Câmara que remeteu o processo ao DOM para execução da obra. Obtida a aprovação da candidatura a fundos comunitários, foi decidido avançar com a empreitada referente à obra das Salas de Ensaio para Bandas de Garagem, pelo que, em março de 2014, foi promovida a abertura de procedimento para execução da empreitada das Salas de Ensaio para Bandas de Garagem, que veio a ser adjudicada pelo valor de €643.000,00 + IVA e consignada em outubro desse mesmo ano, com um prazo de execução de 150 dias. A obra consistiu na construção de 8 salas de ensaio, devidamente insonorizadas dotadas de equipamento de som e eletricidade, 1 espaço amplo multifuncional, com capacidade para realização de espetáculos/eventos e 1 armazém. A obra ficou concluída em março de 2015. As bandas ocuparam as salas em setembro de 2016, registando a partir daí uma taxa de ocupação muito elevada. Em dezembro de 2014 dá-se início aos procedimentos para elaboração do projeto do Edifício Jordão e Garagem Avenida para a Escola de Música e Artes Performativas e Visuais, onde é solicitada que na solução do projeto sejam

incorporadas as pré-existências - as Salas de Ensaio para Bandas de Garagem-, tendo sido disponibilizados os estudos acima identificados (Avaliação da capacidade estrutural do edifício do Teatro Jordão e o Relatório de Sondagens geotécnicas do Teatro Jordão). O projeto começa então a desenvolver-se nas suas 4 fases: Programa base, Estudo prévio, Anteprojeto (ou projeto de licenciamento) e Projeto de execução. Na fase 3 - Anteprojeto (ou projeto de licenciamento) – o projetista da parte da Estabilidade sugeriu à Câmara Municipal que, após visita ao local e avaliação mais aprofundada do estado de conservação da superestrutura do edifício, a realização de estudos técnicos complementares, sugestão que a Câmara Municipal de imediato acolheu. Em posse de tais estudos (Inspeção estrutural e Reconhecimento geológico e geotécnico), o projetista emitiu um parecer técnico, de que se anexa a respetiva conclusão, onde, em síntese, é referido que, do ponto de vista técnico e económico, a melhor solução seria a demolição e posterior reconstrução dos elementos estruturais em causa, pois, por um lado, essa nova estrutura permitiria dotar o edifício de um comportamento compatível com as novas legislações e ações, além de que lhe asseguraria durabilidade, fiabilidade e a capacidade para fazer face a eventuais alterações de cargas que venham a ser suscitadas por alterações funcionais futuras do edifício. O custo desta solução foi estimado em €350.000,00. A alternativa a esta solução seria a reabilitação desses elementos estruturais, com todos os inconvenientes técnicos de uma estrutura que pode não garantir a durabilidade e fiabilidade do edifício. O custo desta solução foi estimado em €500.000,00. Importa sublinhar que, ainda que a opção recaísse na reabilitação, tal não evitaria que as Salas de Ensaio fossem afetadas, uma vez que seria sempre necessário intervir na estrutura do edifício ali localizada, situação que apenas foi passível de verificação após a realização destes últimos estudos.



L.

Em face das soluções apresentadas, das garantias que ofereciam e dos respetivos custos associados, foi decidido pela primeira opção - demolição e reconstrução - uma vez que representava uma solução técnica e economicamente claramente mais vantajosa. Por outro lado, a solução adotada afeta a obra construída das salas de ensaio das bandas de garagem na ordem de €300.000,00, uma vez que a sua desmontagem foi feita de molde a reaproveitar grande parte dos seus elementos construtivos. Em qualquer caso, considerando as condicionantes que uma obra desta natureza implica (ruído, ocupação com pessoas e máquinas, exigências de segurança, etc.), o funcionamento das Salas de Ensaio teria sempre que ser suspenso quando a empreitada de reabilitação do Teatro Jordão se iniciasse. O procedimento relativo à obra de Requalificação do Edifício Jordão e Garagem Avenida para a Escola de Música e Artes Performativas e Visuais iniciou-se em abril de 2018 (deliberação de 26/04/2018), tendo a empreitada sido adjudicada por €11.498.848,88 ao Consórcio Costeira Engenharia, SA/NVE Engenharia, SA, por deliberação de 06/09/2018, e visada pelo Tribunal de Contas em 08/11/2018. A obra foi consignada em 23/11/2018, tendo o Plano de Segurança e Saúde sido aprovado em 07/01/2019, data a partir da qual se inicia a contagem do prazo de execução." O referido parecer técnico emitido pelo projetista dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

De seguida, o Presidente da Câmara passou a palavra aos Vereadores que quiseram intervir sobre este assunto. -----

1. Vereador André Coelho Lima - Disse que o Teatro Jordão tem história política na medida em que houve divergência quanto ao processo de requalificação, representando ainda um imóvel com uma grande carga simbólica para os vimaranenses. Recordou o processo relativo à requalificação do Teatro Jordão, designadamente o Concurso de Ideias para

a sua reabilitação, adjudicado a um gabinete de arquitetura pelo valor de €100.000,00 + IVA. Continuou, referindo que, posteriormente, sob o argumento de que iria ser também adquirida a “Garagem Avenida”, foi entendido que o projeto em causa não era adequado ao espaço, tendo sido feita nova adjudicação a um outro gabinete de arquitetura, com novos honorários a pagar. Por fim, disse considerar que o grande erro foi ter sido decidido avançar com a construção das bandas de garagem antes da requalificação da fachada do Teatro Jordão. -----

2. Presidente da Câmara - Disse que os estudos geotécnicos e as análises ao edifício anteriores ao projeto das bandas de garagem validaram a estabilidade do edifício e das próprias fundações. Continuou, dizendo que, posteriormente, aquando da elaboração do projeto para a Escola de Música e Artes Performativas, foi solicitado pelo novo projetista, já numa fase avançada, um estudo geotécnico que concluiu que as fundações teriam de ser reforçadas. -----

3. Vereador Ricardo Araújo – Reconheceu a seriedade nas decisões tomadas, com base naquilo que a cada momento se entendeu ser a melhor solução. Disse ter ficado surpreendido com a dimensão política que o assunto tomou, na medida em que na Reunião de Câmara de 30 de maio último foi apenas votada a suspensão do Regulamento das Salas de Ensaio/Bandas de Garagem e a sua transferência para outro local. Acrescentou que desde o início que se percebe que não houve um projeto e um objetivo claro para o Teatro Jordão, demonstrando indefinição política quanto à utilização daquele espaço. -----

-----**VOTOS DE PESAR**-----

O Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de dois Votos de Pesar, de acordo com os textos que a seguir se transcrevem, o que foi aceite por unanimidade. -----

L.
M

VOTO DE PESAR - EMBAIXADOR ANTÓNIO PINTO MESQUITA – Presente a seguinte proposta: “Faleceu na passada semana, com 102 anos de idade, o Embaixador António Pinto Mesquita, proprietário da Casa de Sezim. Descendente do Barão do Pombeiro, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães no século XIX, o embaixador António Pinto Mesquita foi um notável diplomata representando o Estado português em vários continentes, desempenhando as funções de Chefe do Protocolo do Estado entre 1962 e 1964, tendo-se aposentado em 1979. Nos últimos quarenta anos residiu em Guimarães e colaborou com várias instituições vimeiraneses, nomeadamente com a Sociedade Martins Sarmento, onde integrou os seus órgãos sociais até muito recentemente. A Câmara Municipal expressa a perda para Guimarães que representa o seu falecimento e apresenta à família e às instituições que serviu as mais sentidas condolências.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

VOTO DE PESAR – FERNANDO LOPES DE MATOS – Presente a seguinte proposta: “Faleceu ontem nas Caldas das Taipas, vila onde nasceu e sempre viveu, Fernando Lopes de Matos, Maestro e Presidente da Banda Musical das Caldas das Taipas durante muitos anos, Professor de Música do ensino básico, que foi distinguido em 2011 com a Medalha de Mérito Artístico em Ouro pela Câmara Municipal. A sua ligação à música tem sido prosseguida por outros familiares com notáveis méritos, a nível nacional e internacional, elevando o nome de Guimarães. À Academia de Música da Vila Taipense foi atribuído o seu nome em reconhecimento da sua dedicação de décadas. A Câmara Municipal de Guimarães expressa a perda para Guimarães que representa o seu falecimento e apresenta à sua família e às associações que serviu as mais sentidas condolências.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**VOTO DE LOUVOR**-----

O Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Louvor, de acordo com o texto que a seguir se transcreve, o que foi aceite por unanimidade. -----

VOTO DE LOUVOR – JOSÉ MENDES – Presente a seguinte proposta: “O atleta vimaranense José Mendes, natural de S. Jorge de Selho, concelho de Guimarães, sagrou-se Campeão Nacional de Fundo em Ciclismo, nos campeonatos nacionais da modalidade, disputados a 30 de junho de 2019, em Melgaço. O mérito desportivo de José Mendes tem sido de relevo ao longo dos últimos anos, sendo o primeiro ciclista de Guimarães a participar nos Jogos Olímpicos (2016) e foi igualmente o primeiro vimaranense a participar na Volta a França (2014), alcançando no presente ano o título de Campeão Nacional de Fundo, representando a equipa do Sporting/Tavira. Perante a prestação relevante nesta última conquista, sendo amplamente merecedora de reconhecimento público, proponho que seja expresso através da aprovação do presente Voto de Louvor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 25 de junho de 2019, que concordou com uma informação dos Serviços da Divisão de Património Municipal relativa ao contrato promessa de permuta celebrado em 16 de agosto de 2005 entre o Município e a família Ribeiro, decorrente da necessidade de abertura de um arruamento de acesso à Feira e Centro de Saúde de S. Torcato, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

2. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 18 de junho de 2019, que concordou com a aquisição de uma parcela de terreno com a área de 5.472 m², sita na rua da Igreja Nova, freguesia de Gandarela, propriedade da



L1.

empresa IMOCONDARCO – Imobiliária, SA, necessária à execução da Centralidade de Gandarela, pelo valor de €89.000,00. -----

3. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 26 de junho de 2019, que concordou com a aquisição de duas parcelas de terreno com as áreas de 1.713 m² e 1.933 m², designadas pelas parcelas B e D, sitas no Lugar de Mouril, da freguesia de Silvaes, propriedade de Maria Margarida da Silva Cunha Pinheiro, destinadas a integrar o domínio público municipal, para execução da ligação de Reboto a Mouril, pelo valor total de €38.425,07. -----

4. Do ofício da Assembleia Municipal n.º 107, datado de 27 de junho de 2019, que comunica a aprovação, em sessão realizada no passado dia 19 de junho, das seguintes propostas: **1. Por maioria - a)** – “24 de Junho Dia Um de Portugal - Atribuição de Medalhas Honoríficas - Medalha de Honra da Cidade”; **b)** – “Consolidação de Contas 2018”; **c)** – “Abertura ao Público do Parque Camões”; **d)** – “Projeto de Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal”; **e)** – “Recrutamento para cargo dirigente - designação de júri”; **f)** – “Desafetação do domínio público de parcela de terreno com a área de 225m² situada no lugar de Mide, freguesia de Lordelo”. **2. Por unanimidade - a)** – “Salas de ensaio para Bandas de Garagem - suspensão do regulamento e espaço alternativo”; **b)** – “Alteração ao Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade”; **c)** – “Moreirense Futebol Clube - Certidão de Interesse Público Municipal”; **d)** – “Processo de Descentralização - Transferência de Competências em Diversos Domínios de Atuação do Estado – Pronúncia”; **e)** – “Aquisição de serviços de seguros multirriscos - edifícios escolares e respetivos conteúdos - Despesas plurianuais”; **f)** – “Freguesia de Sande São Martinho - Oferta de bandeiras”; **g)** – “União das Freguesias Conde e Gandarela - Pedido de Cedência de Autocarro”; **h)** – “Antiga escola EB1 de Aldão - Comodato - Freguesia de Aldão”; **i)** – “Freguesia de Infantas –

Aquisição de Terreno - Atribuição de Subsídio”; **j)** – “Subsídios no âmbito do RMECARH (2º semestre de 2019)”; **k)** – “Freguesia de Ronfe – Apoio para obras no Cemitério”; **l)** – “Freguesia de Aldão – Obras no piso da Rua da Alegria - Atribuição de Subsídio”; **m)** – “Freguesia de Fermentões – apoio para obras no cemitério, na Junta de Freguesia e na Rua da Pereira”; **n)** – “Freguesia de Silvares - Projeto de requalificação da sede da Junta de Freguesia - Atribuição de Subsídio”; **o)** – “Freguesia de Fermentões – Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2019”; **p)** – “Freguesia de Pencelo - Obras na sede da Junta de Freguesia - Atribuição de Subsídio”; **q)** – “Freguesia de Nespereira – Iluminação do “Parque Lúdico Pedagógico Raúl Brandão” - Atribuição de Subsídio”; **r)** – “Freguesia de Moreira de Cónegos – Obras de requalificação do fontanário Baixinha, no cemitério e em diversas ruas - Atribuição de Subsídio”; **s)** – “Freguesia de Moreira de Cónegos - Continuidade do Projeto Social “Raízes” (2019/2020) - Alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro”; **t)** – “Freguesia Candoso São Martinho – Atribuição de subsídio Execução da obra de alargamento e beneficiação do cemitério e da zona envolvente”; **u)** – “União das Freguesias de Atães e Rendufe – Alargamento do Cemitério - Atribuição de Subsídio”; **v)** – “Freguesia de Gonça – Conclusão das Obras em diversas ruas - Atribuição de Subsídio”; **w)** – “Freguesia de Prazins Santa Eufémia – Atribuição de Subsídio para a construção de Casa Mortuária e área envolvente”; **x)** – “Freguesia de Sande S. Martinho – Apoio para obras no Cemitério”; **y)** – “Contrato Interadministrativo de delegação de competências nas freguesias - Atribuição de verbas para reforço do apoio operacional nos estabelecimentos de educação e ensino básico; **z)** – “Freguesia de Caldelas – Delegação de Competências – ano de 2017”; **aa)** – “Freguesia de Gondar – Delegação de Competências – ano de 2018”; **bb)** – “Alteração de Trânsito na Rua de S. João - Freguesia de Polvoreira”; **cc)** –



h.

pr

“Alteração de Trânsito na União das Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião e Freguesia de Creixomil”; dd) – “Alteração de Trânsito Rua dos Moinhos - Freguesia de Ponte”. -----

5. Do ofício da Cooperativa Tempo Livre remetendo, para conhecimento, em cumprimento da obrigação legal decorrente do art.º 43.º, alínea e) da Lei n.º 20/2012, de 31 de agosto e da lei 69/2015 de 31 de agosto, o Relatório de Execução Orçamental referente ao 1.º trimestre de 2019, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

6. Do ofício da VIMÁGUA remetendo, para conhecimento, em cumprimento das obrigações de informação previstas na alínea e) do art.º 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Relatório de Execução Orçamental relativo ao primeiro trimestre de 2019, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada a 3 de junho de 2019, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2019. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **O Vereador Ricardo Araújo não participou na votação da proposta por não ter estado presente na reunião.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CÍVICO DA VILA DAS TAIPAS – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – Presente a seguinte informação: “1. Atenta a necessidade de executar a obra de: Requalificação do Centro Cívico da Vila das Taipas, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar, fundamentada em informação datada de 9 de julho de 2015 da Divisão de Estudos e Projetos com despacho do Sr. Presidente da Câmara de 20 de

julho de 2015. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €4.697.603,22 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.4.2.22 do Plano Plurianual de Investimentos. 3. Para cumprimento do nº7 do artigo 17º e nº3 do artigo 47º do CCP, fundamenta-se a fixação do valor estimado do contrato conforme informação prestada pela projetista em 21/1/2019. 4. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. 5. Face ao disposto do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP e atendendo que a presente empreitada se desenvolve num espaço confinado e que os vários projetos das especialidades que a constituem se encontram numa relação de grande dependência, necessitando de coordenação permanente na sua execução; Considerando que a separação dos projetos das especialidades poderá causar graves inconvenientes para a entidade adjudicante, bem como tornar excessivamente difícil alocar as responsabilidades individuais por incumprimento contratual e responsabilidades no âmbito de garantias de obra; Considerando que, os trabalhos terão que decorrer simultaneamente em todo espaço de intervenção, devido à interligação das várias infraestruturas, que o espaço disponível seria impraticável tanto para vários empreiteiros adjudicatários executarem os respetivos trabalhos, como para a montagem de estaleiros individuais para cada adjudicatário; Considerando que a existência de vários empreiteiros no espaço iria criar tornar o trânsito dentro da vila das Taipas impraticável, tanto para o trânsito de passagem, como para o residencial. Ante o exposto, e considerando a complexidade técnica do processo construtivo da obra objeto do presente procedimento, verifica-se que a possibilidade de



21.

faseamento dos trabalhos definidos no projeto de execução, por entre várias equipas de empreiteiros, comprometeria seriamente a execução do contrato, bem como a tornaria tecnicamente impraticável. Deste modo as prestações que abrangem o objeto do contrato são técnica e funcionalmente incindíveis pelo que de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP não deverá ser efetuada a contratação por lotes. 6. Na presente empreitada, a realização de trabalhos de variadíssimas especialidades, cada uma com os seus métodos e especificidades, é tão grande que só com uma análise conjunta do preço e da valia técnica é que se poderá aferir da real vantagem económica de uma proposta. Entendeu-se, por isso, que o critério de adjudicação da melhor relação qualidade/preço, de acordo com o estipulado na alínea a) do n1 do artigo 74º do CCP, é o que melhor defende os interesses da entidade adjudicante para este contrato. Desta forma, dentro da valia técnica, os fatores de avaliação que melhor se coadunam com o objeto do presente concurso são: a Memória Descritiva do modo de execução da obra, o Plano de Trabalhos apresentado, o Sistema de Controlo de qualidade, Sistema de Gestão de Segurança e Sistema de Acompanhamento Ambiental. Só uma avaliação destes fatores, conjuntamente com o preço, é que se poderá encontrar a melhor proposta no cumprimento das normas e princípios que norteiam a contratação pública. 7. De acordo com o n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, é designado o técnico Gilberto Fortunato Costa Fernandes como gestor do contrato para o presente procedimento. 8. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €4.697.603,22 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 730 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 9. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri:

Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe da divisão de empreitadas; b) Vogal – Luís Filipe Vieira Teixeira - Técnico Superior da divisão de empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe da divisão jurídica; Suplentes - a) Vogal: João Ricardo de Carvalho Pacheco - Técnica Superior da divisão de empreitadas; b) Vogal: Ana Teresa Oliveira - Técnica Superior da divisão de empreitadas.” A minuta do anúncio, o programa de procedimento e o caderno de encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE RONFE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Ronfe solicitou a colaboração do Município, através da cedência de um autocarro, para o transporte de idosos, nos dias 02 e 30 de julho, ao Bom Jesus e Vila do Conde. Considerando que se trata de deslocações no âmbito do projeto Academia da Razão e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do veículo em causa, por meu despacho, de 19 de junho de 2019, foi deferido o pedido. Nos termos da alínea j) do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição deste tipo de apoios é da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, pelo que se submete para ratificação destes órgãos municipais o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista.”

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

URBANISMO – PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO PARA EMPREENDIMENTO TURÍSTICO DE CARÁTER “RURAL” - DANIEL PAULO NOVAIS DE CARVALHO – Presente a seguinte informação: “Refere-se a presente informação técnica ao pedido de reconhecimento de interesse público para empreendimento de índole turístico (associado à



11

prática e ambiente agrícola de modo a potenciar a futura autorização de inutilização de solo junto da entidade tutelar da reserva agrícola nacional) e aos elementos gráficos agora entregues (que visam responder às premissas fixadas no parecer técnico datado de 2 de outubro '18). Da análise dos novos elementos apresentados, entende-se que a solução preconizada responde positivamente às mencionadas premissas, nomeadamente não afetação de solo classificado como reserva ecológica nacional, aproximação ao solo urbano e permeabilização de solo. Observando-se já a pronúncia favorável da divisão municipal de turismo, à luz do registado em situações similares, considerou-se útil a consulta da junta de freguesia de S. Torcato, a qual expressou concordância sobre a pretensão. Assim, e nos termos do referido em 2 outubro '18, do ponto de vista urbanístico, julga-se poder encarar favoravelmente a pretensão formulada. A presente informação deverá ser conjugada com aquela datada de 02 outubro '18." A informação de 2 de outubro de 2018 dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE ACORDO COM A VIMÁGUA E A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO CARMO DA PENHA - CONSTRUÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA E EXTENSÃO DA REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA MONTANHA DA PENHA –
Presente a seguinte proposta: "A VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA e a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo da Penha pretendem celebrar, com o Município de Guimarães, um protocolo que defina as obrigações e os direitos das partes envolvidas no âmbito do processo de construção da rede de Abastecimento Público de Água e Extensão da rede de saneamento de águas residuais na Montanha da Penha. No âmbito deste protocolo pretende-se que o

Município de Guimarães assuma os encargos resultantes dos contratos de fornecimento de água e saneamento de águas residuais a celebrar com a VIMÁGUA, para os bebedouros e para os quatro blocos de sanitários de uso público existentes na Montanha da Penha. Assim, considerando que: 1. A Montanha da Penha e a respetiva estância turística, religiosa e natural não são, e nunca foram, abastecidas por rede pública de distribuição de água. 2. Para suprir as necessidades de água, a IRMANDADE DA PENHA explorou, e explora, as águas nascentes e subterrâneas existentes nos seus terrenos, e neles construiu uma rede privada de distribuição de água potável, através da qual abastece os seus edifícios e terrenos, e ainda a *Pensão Montanha* e a *Estação Superior do Teleférico da Penha*. 3. A água potável consumida nos edifícios arrendados da IRMANDADE DA PENHA, e na *Pensão Montanha*, é paga pelos respetivos utilizadores. 4. A água potável consumida na Estação Superior do Teleférico da Penha e nos “bebedouros” ou “bicas de água” existentes nos terrenos da IRMANDADE DA PENHA é fornecida, gratuitamente, e sem encargos para os respetivos utilizadores. 5. A VIMÁGUA está a instalar uma rede pública de distribuição de água e a prolongar a rede de saneamento de águas residuais para servir a Montanha da Penha. 6. As novas redes públicas de distribuição de água e saneamento de águas residuais, de reconhecido e inegável interesse público, serão instaladas com ocupação de parte dos terrenos da IRMANDADE DA PENHA, e implicam abertura de valas, instalação de condutas subterrâneas de água, de ramais, instalação de marcos e bocas-de-incêndio, “bicas de água” ou “bebedouros”, bem como de coletores e ramais de saneamento, tudo conforme projetos de execução que fazem parte integrante do protocolo a celebrar, constituindo os seus ANEXOS I e II, o que a IRMANDADE DA PENHA expressamente autoriza e reconhece. 7. A entrada em funcionamento da nova rede pública de distribuição de água implicará a imediata desativação



da rede privada de distribuição de água para consumo humano, referida no considerando "2". 8. Sendo a Montanha da Penha um local de reconhecida importância ambiental, turística e religiosa e sendo os bebedouros e sanitários públicos equipamentos que permitem uma plena fruição do espaço e proteção do meio ambiente, seria importante que o Município assumisse os encargos resultantes dos contratos de fornecimento de água e saneamento de águas residuais a celebrar com a VIMÁGUA, para os bebedouros e para os quatro blocos de sanitários de uso público existentes. Em face do supra exposto, propõe-se, ao artigo da al. t) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal delibere aprovar a minuta do Protocolo em anexo (doc. I), a celebrar com a VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA e com a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo da Penha." A minuta do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da VIMÁGUA. A Vice-Presidente da Câmara assumiu a presidência da reunião na discussão e votação da proposta. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTÓCOLOS - PROTOCOLO COM A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE: PROJETO AUTOESTIMA - DESPESA ASSOCIADA À FORMAÇÃO DOS TÉCNICOS DO PROJETO EM 2018 – Presente a seguinte proposta: "Em reunião de Câmara de 22 de Abril de 1999 foi deliberada a celebração de um protocolo com a Administração Regional de Saúde do Norte para assegurar o alargamento das atividades desenvolvidas pelo Projeto "Autoestima" que preconiza o apoio jurídico e de aconselhamento a pessoas do concelho de Guimarães que, pela sua prática de vida, necessitam de informação no âmbito das doenças sexualmente

transmissíveis, em particular do VIH/SIDA. A 4 de agosto de 1999 foi celebrado o referido Protocolo de Cooperação que, em conformidade com a sua Cláusula V, compromete a Câmara Municipal de Guimarães, para além de prestar atendimento jurídico a mulheres em acompanhamento, a compartilhar nos custos com a formação dos técnicos envolvidos nas atividades desenvolvidas pelo projeto. A comparticipação do Município cifrou-se, ao tempo, em 250.000\$00 (€1.246,99) anuais, mantendo-se até esta data o mesmo montante (cfr. nº 2, da cláusula V do Protocolo). O Projeto funciona, quer através da unidade móvel que circula na área geográfica do concelho de Guimarães e limítrofes, quer através da consulta multidisciplinar realizada semanalmente, desenvolvendo também inúmeras ações informativas e de sensibilização. Dos resultados relativos ao ano de 2018 são dignos de destaque os 447 contactos estabelecidos junto da população-alvo e a realização de 30 consultas médicas, de 241 contactos com a equipa de enfermagem e de 252 contactos com a equipa de Serviço Social. Foram ainda distribuídos diversos folhetos do Projeto “Autoestima”, nomeadamente acerca dos seus objetivos, atividades e horários de funcionamento, distribuindo-se também 13.173 preservativos. Neste contexto, percebida a pertinência da intervenção levada a cabo pelo projeto “Autoestima”, cujas atividades se assumem de relevante interesse para a prevenção de comportamentos de risco, e considerando que o Município nutre o dever de apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outras, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e para a prevenção das doenças, de acordo com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a transferência para a Administração Regional de Saúde do Norte do valor de €1.246,99 (mil duzentos e quarenta e seis euros e noventa e nove cêntimos), referente à formação dos técnicos adstritos a este projeto



L.

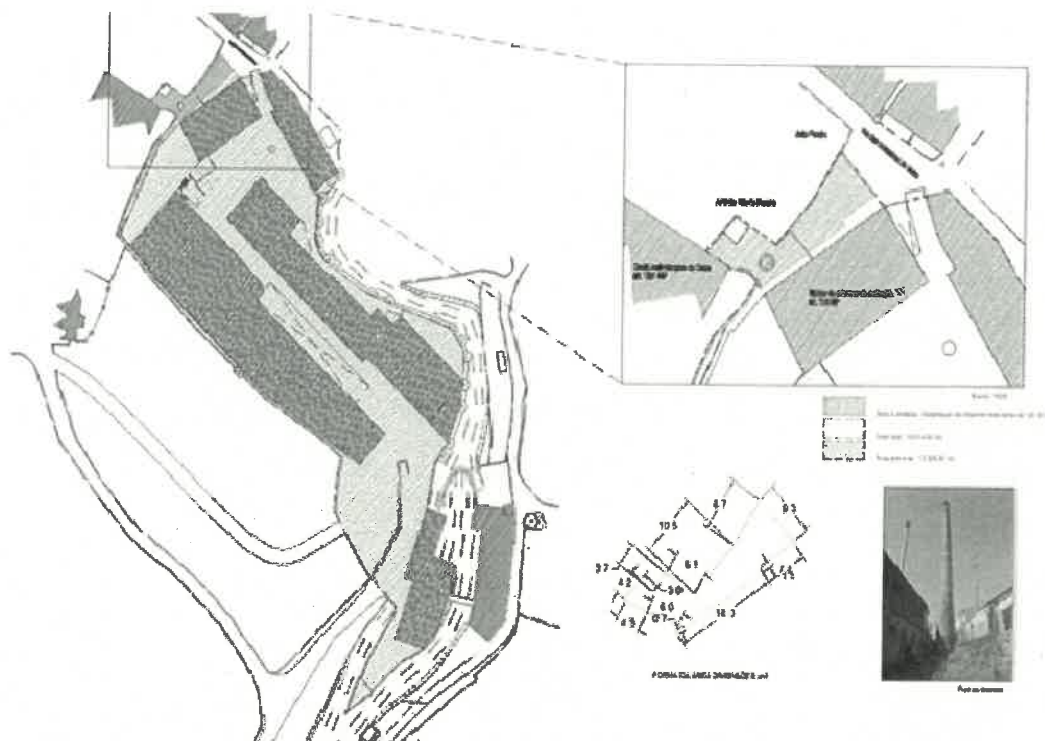
[Signature]

em 2018.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO RECONHECIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXAS URBANÍSTICAS NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA E PECUÁRIA – Presente a seguinte proposta: “Na sequência do procedimento já iniciado tendente ao reconhecimento de isenção total de taxas relativas a operações urbanísticas subjacentes ao desenvolvimento das atividades agrícola e pecuária, propõe-se submeter à consideração e análise superior uma proposta de regulamento que estabelece critérios e condições a que deve obedecer o reconhecimento da referida isenção. À consideração superior.” A proposta de Regulamento dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PATRIMÓNIO – DIREITO SUPERFÍCIE CHAMINÉ DE ROLDES – FERMENTÕES - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19.07.2018 – Presente a seguinte proposta: “Em reunião de Câmara de 19.07.2018 foi aprovada, por unanimidade, a aceitação da constituição do direito de superfície, a favor do Município, de uma parcela de terreno com a área de **38 m²**, onde se encontra erigida a chaminé da Fábrica de Curtumes de Roldes, atendendo o interesse na preservação da chaminé como marco histórico da industrialização do concelho de Guimarães. Foi ainda deliberado na mesma sessão a constituição, também a favor da autarquia, de uma servidão de uma parcela de terreno com a área de **189,40 m²** que garantiria as acessibilidades necessárias à referida chaminé, tendo sido atribuído de igual forma o valor de €50,00. De seguida, e em cumprimento da referida deliberação do órgão executivo, chegou a estar agendada a outorga da necessária escritura. Todavia, apenas no momento prévio à outorga da escritura foi-nos dado conhecimento pelo gerente da Fábrica de Curtumes

de Roldes, Lda., de que não poderia assinar o contrato, pois só naquela fase é que percebeu que a parcela de terreno onde recairia a servidão continuaria a pertencer ao prédio da própria Fábrica, o que significaria que qualquer decisão que viesse a ocorrer no futuro em relação ao próprio imóvel onde se encontra implantada a Fábrica de Curtumes (ex: oneração ou alienação do prédio), tal decisão ficaria sempre condicionada à autorização do Município, atendendo que a servidão estaria registada na Conservatória, a favor do Município. Assim, e lamentando o sucedido, pois de facto na altura a administração da empresa, por desconhecimento, não avaliou de forma ponderada as consequências que a constituição da servidão acarretaria no futuro, a Fábrica de Curtumes de Roldes, Lda., propôs que a servidão fosse substituída pela constituição do direito de superfície, abrangendo assim uma única parcela de terreno, com a área aproximada de 180 m², excluindo o terreno necessário ao acesso à Fábrica, pela Rua das Coradeiras de Baixo, que dá acesso ao sistema de canalização de gás, armário das válvulas de segurança do gás, assim como o terreno que dá acesso à viela existente a poente do prédio. No seguimento da análise do processo, e após reunião no local efetuada com o representante da sociedade comercial a fim de averiguar a questão das acessibilidades ao sistema de gás, a manter na propriedade plena da Fábrica de Curtumes, Lda., foi possível concluir que o que se pretende com a nova proposta, de forma a legitimar a futura manutenção e conservação da chaminé da Fábrica, por parte da autarquia, considerando o interesse na preservação da chaminé como marco histórico da industrialização do concelho de Guimarães, **é a constituição do direito de superfície, a favor do Município de Guimarães, de uma parcela de terreno com a área de 187,50 m², de igual modo por períodos de 70 anos, prorrogáveis por iguais períodos, melhor identificada a cor verde na planta que se apresenta.** -----

L.
me

Solicitado parecer ao Departamento de Desenvolvimento do Território, conclui-se que a proposta agora apresentada não põe em causa a área necessária à salvaguarda da acessibilidade e manutenção do elemento arquitetónico, não se vendo por isso qualquer inconveniente na aceitação da proposta. Nessa sequência procedeu-se à operação de destaque da parcela de terreno com a área de 187,50 m², tendo sido registada na Conservatória dos registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob a descrição n.º 1993/20170921 e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 2680º, da Freguesia de Fermentões. Conforme constava na deliberação 19.07.2018, foi atribuído à constituição do direito de superfície o valor de €50,00 e à servidão o mesmo valor de €50,00. Ora, perante a alteração da área agora proposta para a constituição do direito de superfície (187,50 m²), proponho que seja atribuído o mesmo valor total, ou seja €100,00. Assim, considerado o interesse na preservação da chaminé como marco histórico da industrialização do concelho de Guimarães, deverá ser submetida à aprovação da Câmara Municipal a alteração da deliberação

tomada em 19.07.2018, pretendendo-se constituir o direito de superfície, a favor do Município de Guimarães, de uma parcela de terreno, acima descrita, com a área de **187,50 m²**, por um período de 70 anos, prorrogável por iguais períodos, sendo atribuído à superfície o valor de € 100,00 (cem euros), onde se encontra erigida a chaminé da Fábrica e área necessária à sua acessibilidade e manutenção. A parcela em causa encontra-se devidamente identificada em planta anexa. À presente despesa corresponde à proposta de cabimento n.º 3457/2019 e ao compromisso n.º 4804/19. À consideração superior.” A referida planta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – CURTIR CIÊNCIA - ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE GUIMARÃES – FORMALIZAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO - DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS ÓRGÃOS SOCIAIS – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da concessão de visto prévio, pelo Tribunal de Contas, ao processo de constituição da associação Centro de Ciência Viva de Guimarães, que ocorreu em sessão diária de visto do passado dia 16 de maio de 2019, é agora necessário dar seguimento aos procedimentos legais tendentes à formalização da constituição daquela associação. Foi já emitido, pelo Registo Nacional de Pessoas Coletivas, o certificado de admissibilidade de firma ou denominação para constituição da entidade à firma CURTIR CIÊNCIA - ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE GUIMARÃES. É agora, necessário, aprovar os representantes do Município de Guimarães que irão fazer parte dos órgãos sociais da associação, e que ficarão designados logo no ato de constituição. Assim, ao abrigo do disposto na alínea oo), do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho:

1 – Que, de acordo com o n.º 1 do art.º 55.º do mesmo diploma legal, a



L1.

designação dos elementos constantes do ponto 2 da presente proposta seja votada no seu conjunto. 2 - Que sejam designados: 2.1 – Para Presidente da Direção: Adelina Paula Mendes Pinto, Vereadora da Câmara Municipal de Guimarães; 2.2 – Para a Assembleia Geral, João Miguel Castro Oliveira, Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência. 2.3 – Para Presidente do Conselho Fiscal: Olga Maria da Silva Abreu, gestora bancária e licenciada em Gestão de Empresas. 2.4 – Para Vogal do Conselho Fiscal: Sérgio Manuel de Carvalho Gonçalves, Adjunto do Gabinete de Apoio à Vereação da Câmara Municipal de Guimarães.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR O PONTO 2, COM SEIS VOTOS A FAVOR E CINCO VOTOS EM BRANCO. -----**

AÇÃO SOCIAL - CASTREJA (COOPERATIVA DE APOIO SOCIAL E CULTURAL) - PROJETO “COMUNIDADE CASTREJA SOBRE RODAS” DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2015 – CONTINUIDADE DO CONTRATO DE COMODATO - Presente a seguinte proposta: “No âmbito da edição de 2015 do Orçamento Participativo foi apresentada uma proposta com o nome “Comunidade Castreja sobre Rodas”, em que o objetivo do proponente era o de salvaguardar a igualdade de oportunidades no acesso a programas e atividades sociais, culturais e recreativas, através da disponibilização de transporte aos munícipes que se encontram em situações de isolamento e que têm limitações ao nível da sua mobilidade. Esta proposta colheu um forte apoio, pautado por uma votação assinalável, que lhe permitiu ser uma das eleitas nessa edição do Orçamento Participativo de Guimarães, pelo que foi adquirida uma viatura para a sua implementação, que foi entregue à CASTREJA – Cooperativa de Apoio Social e Cultural, CRL, mediante a celebração, a 9 de abril de 2018, de um contrato de comodato, com prazo de vigência de um ano, prazo que terminou no passado dia 9 de abril de 2019. Esta viatura, durante o ano de vigência do projeto (2018), serviu

diariamente aquela comunidade nas atividades patentes ao projeto “Gerações em Movimento”, em diversas freguesias, a saber, Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, Briteiros Sto. Estevão e Donim, Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia e Barco. Efetivamente, a cedência deste transporte garantiu o acesso de todos às diferentes atividades que têm sido desenvolvidas na zona Castreja do concelho de Guimarães. Perante estes factos, e comprovada a elevada afluência às iniciativas desenvolvidas, a utilidade da carrinha mantém-se, pelo que a CASTREJA formalizou recentemente um pedido de continuidade do comodato da referida viatura (em anexo). Reconhecendo-se a relevância do trabalho desenvolvido pela CASTREJA em prol do bem-estar e da qualidade de vida da população das Freguesias abrangidas e em cima identificadas, submete-se para aprovação superior a celebração de um novo contrato de comodato com esta Cooperativa, pelo período de um ano, que permita a manutenção da qualidade das respostas que este projeto tem disponibilizado assegurando-se, por esta via, os princípios da equidade no acesso aos recursos locais e da igualdade de oportunidades.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MASCOTELOS - SANTIAGO – ANOS DE 2017 E 2018 - REGULAMENTO DE APOIO ÀS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL (REG. Nº 607/2010)
ADITAMENTOS AOS PROTOCOLOS CELEBRADOS – Presente a seguinte proposta: “Nas reuniões de Câmara de 11 de maio de 2017 e de 25 de janeiro de 2018, foram aprovados os processos de atribuição de dois subsídios ao Centro Social e Paroquial de Mascotelos-Santiago, ao abrigo do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (Reg. Nº 607/2010), nos valores de €26.000,00 (vinte e seis mil euros) e de €9.000,00



1.

fu

(nove mil euros), respetivamente, para apoio a obras de aumento da capacidade da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) desta Instituição. Contudo, no passado dia 16 de maio de 2019, o Presidente desta instituição, Henrique Santos Ribeiro, solicitou à Câmara Municipal um novo prolongamento do prazo para pagamento de ambos os subsídios, desta feita até ao final de 2019, dada a impossibilidade de conclusão das obras em questão em tempo útil, uma vez que a obtenção das autorizações necessárias por parte da Segurança Social exigiu um tempo de espera de cerca de 20 meses. Neste contexto, submeto para aprovação, ao abrigo do artigo 19º do regulamento 607/2010, as minutas dos aditamentos aos Protocolos previamente celebrados em 2017 e em 2018, conforme anexos à presente informação, onde constem, respetivamente, as seguintes alterações: A alteração da Cláusula 2ª – Período de vigência do Protocolo, nos seguintes termos: *“Sem prejuízo do disposto na cláusula 6ª, o período de vigência deste Protocolo produz efeitos de 1 janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2019”*. A alteração da Cláusula 2ª – Período de vigência do Protocolo, nos seguintes termos: *“Sem prejuízo do disposto na cláusula 6ª, o período de vigência deste Protocolo produz efeitos de 1 janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019”*. As minutas dos aditamentos dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO MARTINHO DE SANDE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - Presente a seguinte proposta: “A Fábrica da Igreja Paroquial de São Martinho de Sande apresentou à Câmara Municipal, um pedido excecional de atribuição de subsídio, para apoio à construção do Centro Pastoral Paroquial (recuperação da antiga residência paroquial), que permitirá disponibilizar este espaço para o funcionamento do futuro Centro de Dia e Apoio Domiciliário do Centro Social e Paroquial de

Sande S. Martinho. Constituída em 18 de dezembro de 1940, esta Fábrica cede as suas instalações ao Centro Social e Paroquial de Sande S. Martinho que, por sua vez, assume respostas sociais nas valências de Creche e Pré-escolar, num total de 117 utentes, e que se tem distinguido pela qualidade da sua atuação. Considerando a necessidade premente de ampliar e remodelar as instalações atuais, e reconhecendo-se a relevância do trabalho desenvolvido pelo Centro Social e Paroquial de Sande S. Martinho, em prol do bem-estar e da qualidade de vida da população desta Freguesia, submete-se para aprovação superior a atribuição de um subsídio à Fábrica da Igreja Paroquial de São Martinho de Sande, no valor de €50.000,00 euros (cinquenta mil euros), ao abrigo da al. u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. PEDRO DE AZURÉM

– ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - Presente a seguinte proposta: “No passado dia 5 de junho de 2019 a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Pedro de Azurém apresentou à Câmara Municipal de Guimarães um pedido para apoio ao pagamento de taxas de emissão de um alvará de utilização. Esta instituição cede as suas instalações ao Centro Social de S. Pedro de Azurém que, por sua vez, desenvolve um trabalho relevante, nas valências de creche e pré-escolar, num total de 145 utentes, e que se tem distinguido pela qualidade da sua atuação. Reconhecendo-se a relevância do trabalho desenvolvido pelo Centro Social de S. Pedro de Azurém em prol do bem-estar das crianças, e em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, submete-se para aprovação superior a atribuição de um subsídio à Fábrica da Igreja Paroquial de S. Pedro de Azurém, no valor de €3.426,57 (três mil quatrocentos e vinte e seis euros e cinquenta e sete cêntimos), ao abrigo da al. u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12



L1.

de setembro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS RESPEITANTES A RAMAIS DE ÁGUA E SANEAMENTO E RESPETIVAS TARIFAS DE LIGAÇÃO –

Presente a seguinte proposta: “Foram recebidas na Divisão de Ação Social algumas candidaturas apresentadas por sete munícipes em situação de carência socioeconómica para efeitos de apoio no pagamento de despesas referentes a ramais de água e saneamento e respetivas tarifas de ligação. Após análise destas candidaturas e subsequentes estudos socioeconómicos efetuados pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida alguns dados de caracterização dos agregados familiares, bem como os valores respetivos das comparticipações a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Rendimento Per Capita (€)	Valor a atribuir (€)
138122326/14	Mascotelos	287,00	147,29
234702168/19	Sande Vila Nova	168,06	1.000,00
200343769/14	Figueiredo	219,78	544,32
188628584/15	Ronfe	R.D. Negativo	364,08
206067089/13	Figueiredo	84,65	1.000,00
220921017/19	Abação	190,08	1.000,00
184586143/19	Gémeos	154,49	1.000,00

Comprovada a precariedade económica dos agregados familiares, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadram no consignado do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se, para aprovação, a atribuição de um subsídio, aos requerentes, no valor total de €5.055,69 (cinco mil e cinquenta e cinco euros e sessenta e nove cêntimos), ao abrigo da alínea b) do art.º 2.º do referido Regulamento.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIO PARA COMPARTICIPAÇÃO EM OBRAS DE ADAPTAÇÃO DE HABITAÇÃO - APOIO À HABITAÇÃO AO ABRIGO DA ALÍNEA E) DO ARTIGO 2º DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA

ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE –

Presente a seguinte proposta: “Foi entregue na Divisão de Ação Social uma candidatura para comparticipação nas despesas com a execução de obras de adaptação de uma habitação, designadamente demolição de uma parede da cozinha, colocação de duas portas de correr e de uma nova escada facilitadora da acessibilidade e alargamento da porta da cozinha. Após análise desta candidatura e consequente estudo efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica do agregado familiar, bem como o valor da comparticipação a atribuir para as obras requeridas: -----

Processo	Freguesia	Rend. (€) P/Capita	Nº Elem. Agregado	Comparticipação	Subsídio a atribuir (€)
215175549/19	Urgezes	267,72	4	45,8%	6.821,00

Tendo sido comprovada a precariedade económica do agregado familiar, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadram no consignado na alínea v) do número 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, submete-se para aprovação a atribuição de um subsídio à requerente, no valor de €6.821,00 (seis mil oitocentos e vinte e um euros), ao abrigo da alínea e) do art.º 2.º do referido Regulamento.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICO: FRIGORÍFICO –

Presente a seguinte proposta: “Foi rececionada na Divisão de Ação Social uma candidatura para apoio na aquisição de um eletrodoméstico. Após análise da candidatura e subsequente estudo efetuado pelos nossos serviços apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica do agregado familiar, bem como o valor respetivo da



h.p.

jpe

comparticipação a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Rendimento P/Capita	Subsídio a atribuir
163384517/19	Gondar	€315,07	€249,00

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadra no consignado na alínea v) do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a concessão deste subsídio ao requerente, num valor total de €249,00 (duzentos e quarenta e nove euros).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DOS PROFESSORES – DELEGAÇÃO DE GUIMARÃES - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Solidariedade Social dos Professores – Delegação de Guimarães solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos utentes, jovens e acompanhantes, no dia 13 de junho, a Santo Tirso. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito do projeto de voluntariado “Movimento Transformers” e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado 12 de junho de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – HOSPITAL SENHORA DA OLIVEIRA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Hospital Senhora da Oliveira solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte das crianças, médicos e enfermeiros, nos dias 10 e 12 de julho, a Macedo de Cavaleiros. Considerando que se trata de deslocações no âmbito da realização de um campo de férias pelo

Serviço de Pediatria e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 19 de junho de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário e ajudas de custo ao motorista.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ATIVIDADES DAS ENTIDADES QUE PROSSIGAM FINS CULTURAIS, ARTÍSTICOS, RECREATIVOS OU HUMANITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES (REGULAMENTO Nº 606/2010) – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do Regulamento nº 606/2010 propõe-se a atribuição dos seguintes apoios destinados a investimentos a realizar no 2º semestre de 2019: -----

Entidade	Investimento	Apoio
Banda Musical de Caldas das Taipas	Reparação de Imóveis (sede Banda Musical de Caldas das Taipas e Academia de Música)	9 409,50 €
Casa da Juventude de Guimarães	Palco e Sistema de luzes para espetáculos	4 000,00 €
Casa do Povo de Fermentões	Equipamento do espaço cultural (Rancho Folclórico, Teatro e Música)	4 000,00 €
Cineclube de Guimarães	Aquisição de Projetor de Cinema Digital Portátil	30 000,00 €
Sociedade Musical de Pevidém	BandWrite II	4 000,00 €
TOTAL		51 409,50 €

Os apoios financeiros deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas, instruído de comprovativos de despesas em equipamento até ao montante do subsídio atribuído. No caso de obras, o pagamento será feito mediante auto de medição pelo Departamento de Obras Municipais. As entidades devem ainda apresentar certidão válida de situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, caso as certidões constantes dos respetivos processos de candidatura não sejam



L1.

válidas no momento do pagamento. Nos termos do nº 2 do art.º 6º do mesmo Regulamento, os apoios concedidos deverão ser publicamente divulgados, designadamente pela inclusão do logótipo da Câmara Municipal de Guimarães em cartazes e outros suportes promocionais.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – GRÃ-ORDEM AFONSINA - ANIVERSÁRIO DE D. AFONSO HENRIQUES - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta:

“Desde 2011 que um conjunto de cidadãos Vimaranenses, agora enquadrados pela Grã-Ordem Afonsina, tem levado a cabo a celebração do aniversário do nascimento de D. Afonso Henriques. A efeméride tem sido comemorada no dia 25 de julho de cada ano, com a colocação de uma coroa de flores junto à estátua do Primeiro Rei de Portugal. Do programa anunciado para 2019 constam igualmente uma celebração eucarística na Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, um espetáculo de teatro e um espetáculo musical, com o que os promotores procuram difundir, entre a comunidade, a comemoração daquele que é, no pensamento de todos, o Primeiro Vimaranense e o Primeiro Rei de Portugal. Para viabilizar o programa previsto, solicitam o apoio financeiro da Autarquia. Considerando o interesse de que se reveste esta iniciativa, não apenas por partir de um grupo de cidadãos, mas também por pretender vivificar e perpetuar a memória de uma figura com a relevância histórica de D. Afonso Henriques, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, à Grã-Ordem Afonsina, de um subsídio de €2.000,00, destinado a comparticipar nos custos da celebração do Aniversário de D. Afonso Henriques, a realizar em 25 de julho de 2019.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA DA MARCHA GUALTERIANA - BATALHA DE FLORES 2019 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a

seguinte proposta: “Organizada pela Associação Artística da Marcha Gualteriana, a Batalha de Flores constitui um dos eventos tradicionais das Festas Gualterianas, realizando-se em anos alternados com o Cortejo do Linho. Considerando que, no corrente ano de 2019, se realizará mais uma edição da Batalha de Flores, aprazada para o dia 3 de agosto e integrando, como habitualmente, o programa das Festas da Cidade e Gualterianas 2019, é necessário dotar a referida Associação dos meios financeiros indispensáveis à preparação, criação, construção e organização dos carros alegóricos do desfile. Assim, considerando o interesse público de que se reveste a continuidade desta tradição e com o objetivo de disponibilizar os meios financeiros que viabilizem a sua realização, proponho, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, à Associação Artística da Marcha Gualteriana, de um subsídio de €13.250,00, destinado a compartilhar nos custos de realização da Batalha de Flores 2019.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – BIENAL DE ILUSTRAÇÃO DE GUIMARÃES 2019 – INSTITUIÇÃO DO PRÉMIO CARREIRA BIG 2019; DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DOS JÚRIS DO PRÉMIO NACIONAL BIG 2019 E DO PRÉMIO ESPECIAL ENSINO SECUNDÁRIO BIG 2019 – Presente a seguinte proposta: “1. Instituição do Prémio Carreira BIG 2019 – Bienal de Ilustração de Guimarães - Por sugestão da respetiva Direção Artística, e tal como sucedeu na primeira edição, em 2017, propõe-se a instituição do Prémio Carreira BIG 2019, a atribuir a artista consagrado a quem seja reconhecida grande qualidade artística no conjunto da sua obra, criatividade e inovação nos domínios mais amplos da ilustração. O artista terá uma exposição dos seus trabalhos mais representativos e será objeto de uma conferência onde será salientada a importância da sua obra no contexto da ilustração portuguesa. O prémio



tem um valor pecuniário de €10.000,00 e será atribuído pela Câmara Municipal de Guimarães, sob proposta do júri do Prémio Nacional BIG 2019.

2. Designação do júri do Prémio Nacional BIG 2019 - Nos termos do nº 1 do Art. 5º do Prémio Nacional BIG 2019 – Bienal de Ilustração de Guimarães, aprovado pela Câmara Municipal em 15/11/2018 e pela Assembleia Municipal em 27/11/2018, propõe-se a designação das seguintes personalidades para integrarem o júri: **Margarida Noronha** - É, desde 2008, diretora editorial da Kalandraka Portugal e colabora atualmente, como especialista convidada, na Pós-graduação da ESAD de Matosinhos em “Ilustração e Animação Digital” e na da Universidade Católica de Lisboa em “Livro Infantil”. Foi assistente editorial nas Edições Afrontamento e também integrou o Departamento de Livros da FNAC, quando da sua implementação em Portugal, na secção de importação de Arte e Literatura. É ainda tradutora e revisora, tendo colaborado com diversas revistas e editoras. Estudou Línguas e Literaturas Modernas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. **Jorge Nesbitt** - Vive e trabalha em Lisboa, fez os seus estudos de Artes Plásticas no Ar.Co, Centro de Arte e Comunicação Visual. Coordenador e professor do curso de Ilustração e Banda Desenhada no Ar.Co. Trabalha como artista plástico e ilustrador, tendo já feito várias exposições colectivas entre as quais; “Selections Spring”, Drawing Center, N.Y., “A Quatro Mãos” Galeria de Colares, Prémio de Pintura Arianede Rothschild e individuais tais como; “Trabalhos Recentes” e “How to Look at Pictures” na Galeria João Esteves de Oliveira. Participou também nas mostras de Ilustração Portuguesa e publicou alguns livros de Ilustração Infanto-Juvenil tais como “Trava Línguas” publicado pela D. Quixote, e “Beatriz e Baltazar” publicado pela Gilead. **João Fazenda** - Nasceu em 1979, em Lisboa, estudou Artes Gráficas na António Arroio e licenciou-se em Pintura pela Faculdade de Belas-Artes de Lisboa. O seu trabalho divide-se

entre a ilustração, a animação, a banda-desenhada, a pintura e o desenho. Trabalha regularmente como ilustrador para publicações como a Visão, Público, The New York Times, The New Yorker, entre outros. Dos vários prémios que o seu trabalho recebeu destacam-se o Prémio Nacional de Ilustração 2015, o World Illustration Award, atribuído pelo Association of illustrators (UK) e pelo Directory of Illustration(USA) na categoria de ilustração para livros, o Grande Prémio Stuart-El Corte Inglés de Desenho de Imprensa 2007 e o Prémio António Gaio- Melhor filme de animação Português no Festival Cinanima para o filme “Sem Querer” em 2011. Foi ainda várias vezes distinguido pela Society of News Design, 3X3 Proshow, Communication Arts e American Illustration.

3. Designação do júri do Prémio Especial Ensino Secundário BIG 2019 - Nos termos do nº 1 do Art. 5º do Prémio Especial Ensino Secundário – Bienal de Ilustração de Guimarães, igualmente aprovado pela Câmara Municipal em 15/11/2018 e pela Assembleia Municipal em 27/11/2018, propõe-se a designação das seguintes personalidades para integrarem o júri: **Joana Rêgo** - Nasceu no Porto em 15 de novembro de 1970. Artista Plástica – Pintora. Professora do Ensino Superior, na ESAD desde 1999. Investigadora na ESAD— IDEA. Doutoramento pela FBAUP no Doutoramento DAD (Doutoramento em Arte e design), 2017. Diploma de Estudos Avançados do Doutoramento “Modos de conhecimento na prática Artística Contemporânea”, 2006 Pela Universidade de Vigo — Faculdade de Belas Artes de Pontevedra, Espanha. Bolseira da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento em 1998/1999. Mestrado em Pintura no San Francisco Art Institute, EUA, 1999. Licenciatura, Curso de Artes – Plásticas, Pintura pela FBAUP em 1995. Formadora nos cursos de Formação Contínua da FBAUP desde 2017. Tem participado em diversos júris e orientado vários workshops nacionais e internacionais. Em 2001 obteve uma bolsa da



L.

ps

Comissão Tripartida (IAC; Gulbenkian e FLAD) para realização de exposição Individual em Roterdão - Holanda, no âmbito do projeto Porto - Roterdão Capitais Europeias da Cultura. Realizou cerca de 28 exposições individuais em Portugal e no estrangeiro. Participou em diversas exposições / projetos coletivos em Portugal e no estrangeiro. Está representada em várias coleções particulares e institucionais em Portugal e no estrangeiro. **Carolina Celas** - Carolina Celas licenciou-se em Design na Universidade de Aveiro. Completou uma pós-graduação em Ilustração em Barcelona e mais tarde o Mestrado em Comunicação Visual, no Royal College of Art, em Londres. A sua ilustração explora o detalhe, o humor e o surreal, desafiando temas e formatos convencionais. Desenvolve trabalho para diferentes meios e é autora do livro "Horizonte" publicado pela Orfeu Negro. Tem participado em diversas exposições nacionais e internacionais. Nos últimos anos foi prémio revelação BIG 2017, Menção Especial no Ilustrarte 2018, fez parte da exposição de Ilustradores da Feira do Livro Infantil em Shangai 2018, e mais recentemente, fez parte da exposição de ilustradores da Feira do Livro Infantil em Bolonha 2019. **Hélder Dias** - Nasceu na cidade do Porto no ano de 1973. Concluiu em 1997 a licenciatura em Artes Plásticas – Pintura, na Faculdade de Belas Artes da mesma cidade. Em 2002 obteve o grau de mestre em Artes Digitais – Multimédia, pela Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa. Atualmente, está a realizar o doutoramento na Universidade Nova de Lisboa, no departamento de Ciências da Comunicação e da Linguagem, sob orientação da Dr.ª Maria Teresa Cruz. Desde 1999 que concilia a docência com a sua atividade como criador. Começou por lecionar na Escola das Artes e, atualmente, é docente no Instituto Politécnico de Viana do Castelo. As suas áreas de interesse são o desenho e as artes digitais, nomeadamente, a investigação sobre processos generativos de composição e sobre design de interação. Desde

2011 que é o responsável pela programação da galeria Objectos Misturados por onde passaram diversos ilustradores nacionais e internacionais.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – PRÉMIO VICTOR DE SÁ DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA 2019 -

ATRIBUIÇÃO DE APOIO MECENÁTICO – Presente a seguinte proposta: “Vem o Conselho Cultural da Universidade do Minho solicitar a atribuição do habitual apoio mecenático à 28ª edição do Prémio de História Contemporânea Victor de Sá, considerando ser a Câmara Municipal de Guimarães uma das Instituições Mecenas que tem permitido manter este Prémio. Considerando o inquestionável interesse público de que se reveste o referido prémio, proponho que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do nº 6 do artigo 2º do Regulamento n.º 606/2010, atribuir ao Conselho Cultural da Universidade do Minho um subsídio de €1.000,00, destinado a participar no Fundo Mecenático de apoio ao Prémio Victor de Sá de História Contemporânea 2019.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – UNIVERSIDADE DO MINHO - PROJETO CIÊNCIA ANDANTE -

ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “O Projeto Ciência Andante (cienciaandante.pt) pretende comunicar Ciência aos jovens dos 10 aos 18 anos utilizando como meio de divulgação palestras, experiências laboratoriais e jogos focando as áreas da Ecologia e da Sustentabilidade Ambiental. O projeto é desenvolvido sob os auspícios do Instituto de Ciência e Inovação para a Bio-Sustentabilidade (IBS) e do Centro de Biologia Molecular e Ambiental da Universidade do Minho (CBMA). O projeto é inovador pois pretende aumentar a literacia científica dos jovens e atraí-los para a ciência e, ao mesmo tempo, promover a educação para o ambiente e cidadania. Uma vez que o Projeto Ciência Andante vai ao encontro dos jovens portugueses que habitam nas zonas mais desfavorecidas, dos Concelhos de Braga e Guimarães, constitui uma mais



L1.

valia para os Municípios que se querem modernos, junto dos cidadãos e para os cidadãos. O projeto contou com o apoio do Fundo Ambiental, para equipar uma carrinha com material de laboratório, com o apoio da Câmara Municipal de Braga, nomeadamente disponibilizando a carrinha, o motorista e as despesas com combustível, necessitando de apoio para assegurar a bolsa de dois monitores que a entidade promotora solicita à Câmara Municipal de Guimarães, entidade parceira do projeto. O projeto já se iniciou e, neste momento, já contemplou mais de 300 jovens. Assim, considerando o inequívoco interesse público de que se reveste a iniciativa, nos termos do exposto, proponho, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, à Universidade do Minho, de um subsídio de €10.000,00, destinado a comparticipar nos custos de implementação do Projeto Ciência Andante.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

CULTURA - ASSOCIAÇÃO DE FOLCLORE E ETNOGRAFIA DE GUIMARÃES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “Os grupos folclóricos de Guimarães são por diversas vezes convidados a participar de festivais internacionais realizados no estrangeiro, designadamente junto de comunidades portuguesas emigradas. São participações que se revestem de interesse público, uma vez que asseguram uma digna representação de Guimarães em tais eventos, ao mesmo tempo que contribuem para reforçar os laços de tais comunidades com as suas origens. Finalmente, refira-se que tais participações concorrem para a valorização do trabalho desenvolvido pelos diversos grupos folclóricos na preservação de elementos etnográficos relevantes como são as danças e cantares de raiz tradicional da nossa região. Em face dos inúmeros pedidos de apoio que anualmente nos são remetidos, entendemos que a Associação de Folclore e Etnografia de Guimarães, que congrega todos os grupos folclóricos do Concelho, é a

entidade mais bem posicionada para avaliar o interesse de cada deslocação e o montante necessário à sua viabilização. Assim, com o objetivo de disponibilizar meios financeiros que viabilizem a deslocação de grupos folclóricos de Guimarães para participação em festivais realizados no estrangeiro durante o ano de 2019 proponho, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, à Associação de Folclore e Etnografia de Guimarães, de um subsídio de €6.000,00.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – ASSOCIAÇÃO OSMUSIKÉ - OFERTA DE BANDEIRA – Presente a seguinte proposta: “Vem a Associação Osmusiké solicitar a cedência de uma bandeira do Município destinada a ser hasteada na respetiva sede. Informa-se que existem nos Serviços bandeiras do Município disponíveis para este efeito. Nesta conformidade, proponho a oferta de uma bandeira do Município à Associação Osmusiké.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS – ATRIBUIÇÃO DE UM TROFÉU PARA O CONCURSO DE GADO BOVINO DAS FESTAS GUALTERIANAS – Presente a seguinte proposta: “A exemplo de anos anteriores, no primeiro fim de semana de agosto, decorre o Concurso de Gado Bovino das Festas Gualterianas, número ímpar deste evento cultural de projeção nacional, que reúne anualmente, na nossa cidade, centenas de produtores de gado da região Norte. Neste sentido, proponho a atribuição de um troféu para o Concurso de Gado Bovino, que terá um custo para o Município até €50,00.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 31 DE JANEIRO DE 2019 RELATIVA À POSSE ADMINISTRATIVA DO IMÓVEL SITO NO LARGO REPÚBLICA DO BRASIL PARA EXECUÇÃO DE OBRAS COERCIVAS – Presente



11.

fr

a seguinte informação. "1. A Câmara Municipal, em 31.01.2019, deliberou proceder a obras coercivas, em substituição e a expensas da proprietária, bem como à posse administrativa do imóvel supra identificado para aquele efeito. 2. Sucede que foi agora apresentada exposição, pela empresa Alfredo & Carlos - Imobiliária, SA, a dar conta que adquiriu recentemente aquele prédio e que está na disposição de ali efetuar obras, de imediato. 3. Face ao exposto, afigura-se que nada justifica que se impeça a atual proprietária de executar as obras que foram impostas à proprietária anterior. Nem mesmo a circunstância de, por incumprimento desta, se ter decidido anteriormente tomar posse administrativa do imóvel, tanto mais que não estão ainda concluídos os procedimentos administrativos prévios que habilitam o Município a executar as obras provisórias que ali decidiu executar. 4. Assim sendo, propõe-se que se submeta proposta, à Câmara Municipal, de revogação da deliberação de 31.1.2019, por forma a permitir impor obras à atual proprietária e a devolver a posse do imóvel, sendo certo que, se a atual proprietária não iniciar as obras no prazo que lhe for fixado, será proposta nova intervenção coerciva." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS DOZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----

domingos miguel
pauzeiro

